

ATA 15/2019 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PELOTAS. No dia 27 de junho de 2019, conforme a convocação o Plenário do Conselho reuniu-se no auditório da Casa dos Conselhos, para a 15ª Assembleia do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas - CMSPel, com as seguintes pautas: **1) Informes; 2) Apresentações de novos representantes das ENTIDADES; 3) Análise e encaminhamentos referentes as Atas 02 e 08/2019; 4) Escolha de novos representantes para participar do NUMESC; 5) Encaminhamentos referentes a pendências das representações dos Distritos Sanitários; 6) Escolha da Entidade para ocupar a substituição do Distrito II; 7) Plano de Trabalho de IST/AIDS/HV de 2019/2021; 8) Apresentação de fotos, pela CIST, relacionados aos terminais de ônibus; 9) Análise da prestação de contas da Nota Fiscal Gaúcha série 57, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas; 10) Novos esclarecimentos referentes à aquisição e a falta de medicamentos no município; 11) Análise do Ofício GAB/191/2019, recebido dia 17/06, enviado pela Prefeita Paula Mascarenhas, em resposta Ofício 136/2019 – CMS referente ao transporte coletivo urbano; 12) Análise do Projeto de Lei 2139/2019 Ementa: Obrigatoriedade de bares e restaurantes a conceder desconto ou prato especial às pessoas que tenham realizado cirurgia bariátrica; 13) Análise do Projeto de Lei 3387/2019 Ementa: Dispõe sobre a utilização de veículos movidos a tração animal; 14) Avaliação e recomposição das Comissões Internas do CMS; 15) Encaminhamento para a exclusão das entidades com um grande número de faltas nas Plenárias do CMS.** Estiveram presentes 40 conselheiros (as), e 22 visitantes que assinaram o livro de registros das presenças. Após conferir o quórum, às 19 horas, em segunda chamada, o conselheiro, Luiz Guilherme Belletti, Coordenador da Mesa Diretora, com o auxílio da Secretário da Assembleia, Vitor Hugo, deram início a reunião. **Pauta 1. Informes do Coordenador da Mesa:** Belletti informa que visitamos as obras da Unidade de Saúde Getúlio Vargas, onde a construtora disse que em 15 dias estará pronta, caso não houver chuva. A Unidade de Saúde Simões Lopes recebeu um profissional médico efetivo, em uma das equipes. A Unidade da COHAB Fragata esta sendo cercada em sua volta, em ritmo avançado, talvez em 10 dias fique pronta. A parte do chalé será a mão de obra prisional que tomará conta e entregará a obra. Sobre a casa de passagem a Comissão de Fiscalização esteve visitando e identificou que o ambiente precisa ser limpo, pois a grama estava alta e tinha animais peçonhentos em meio aos capins altos. Na Unidade de Saúde Bom Jesus constatamos que precisa ser limpa na parte da frente da unidade, já que algumas pessoas deixam muita sujeira por ali. Nos dias 05 e 06 de Julho a Universidade Federal de Pelotas realizará uma Mesa Redonda de Saúde Mental no colégio Pelotense, onde todos estão convidados. No dia 27 de Julho precisaremos de 8 representantes para estarem na reunião da macrorregional das 09:00 até 17:00. Nosso objetivo é o restabelecimento do Conselho Regional, onde cada conselho deve enviar 4 representantes. Nesta reunião será debatido o Plano Regional Integrado (PRI) com a presença e acompanhamento do Conselho Estadual de Saúde, além disso, serão discutidos a criação do calendário de reuniões macro regionais, inclusive, a nossa da macro sul que esta atrasada. PMAQ – Programa Nacional de Melhorias do Acesso e da Qualidade na última avaliação realizada pelo Ministério da Saúde o município teve 67 equipes avaliadas, e apenas 25 conseguiram atingir os índices necessários para receberem os incentivos. O resultado foi o seguinte: 40 com índice Regular, as não receberão o incentivo; 22 com índice Bom e estas irão receber os incentivos; 03 equipes com índice Muito Bom sendo elas 02 do Barro Duro e 01 da Bom Jesus. Duas foram classificadas com índice ruim, sendo uma do Getúlio Vargas e outra da COHAB Fragata. Das 25 equipes que receberam incentivos, 3 são equipes administradas pela UCPEL e 10 destas tem a Rede Bem Cuidar. Para obterem os índices desejáveis o Ministério da Saúde avalia a série de dados históricos, os aspectos físicos, sociais e epidemiológicos de cada área de abrangência. Lamentável que mais de

50% das equipes não atingiram as metas. Sobre os exames de pré-câncer o Jornal Diário Popular está fazendo uma série de notícias relacionada ao problema denunciado, pelo Jornal Diário da Manhã, em julho de 2018. Nós pela Coordenação do Conselho, solicitamos para a SMS, através do Of. nº 156/2019, de 30/05/2019, uma cópia do laudo de conclusão do relatório que a Auditoria esteve realizando, porém não recebemos a resposta. Enviamos o Of. nº144/2019, de 17/05/2019, para a Promotoria Pública Estadual, sobre o mesmo assunto e não recebemos resposta. Enviamos também o Of. nº142/2019, de 16/05/2019, para a Polícia Federal, e não obtivemos nenhum retorno. E também enviamos o Ofício 143/2019, de 17/05/2019, para a Promotoria Pública Federal, sem retorno. Gostaríamos que o Conselho tivesse acesso ao andamento das análises e também a conclusão deste processo. Informes da **Secretaria de Saúde**: O Sr. Paulo Osório fala que no dia 09 de julho será inaugurado o novo espaço de atendimento do Pronto Socorro. **3ª Coordenadoria Regional de Saúde**: sem manifestação. **Informes dos Conselheiros (as)**: Wilmar Costa representante da OAB fala a respeito do atendimento do Pronto Socorro e do processo debatido em reunião anterior referente ao tempo de espera dos pacientes, o recurso da Prefeitura foi interposto julgado sem precedente, e o processo está transitado em julgado, acórdão em novembro do ano passado. Vitor Hugo Santos representante da Asufpel comenta que na reunião do Conselho Gestor do CEREST, foi relatado que o espaço estaria reduzido, assim como, o quadro de funcionários, os veículos estão sendo utilizados para outras atividades da SMS. Feito essas observações, o Conselho Gestor encaminhará aos responsáveis para maiores informações. O Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, diz que cobrará da gestão para dispor dos Relatórios de Gestão ao Conselho Gestor do CEREST. Volnei Cápua representante da RNP+Pelotas diz que ontem 26 de junho ocorreu debate dos vereadores sobre as Unidades de Saúde do Posto Branco e da Vila Princesa para diminuir o valor do pedágio, pois os usuários não tem condições de arcar com os valores e muitos acabam faltando as consultas. Na UBS Posto Branco está faltando medicamentos e médicos, não é de agora esse problema, creio que esse problema deve estar sendo sanado, inclusive, a Câmara de Vereadores está resolvendo por conta própria, eles estão tirando autonomia do Conselho de Saúde. Com desmonte da política de HIV o Governo do Bolsonaro quer acabar com as políticas públicas existentes, são anos de conquistas e avanços que não podem ser encerradas. Bianca D Carla representante do SINDISAÚDE comenta que é muito bonito a SMS vir ao Conselho de Saúde e falar em inauguração do Pronto Socorro, mas o mesmo continua lotado, o que é uma vergonha, os profissionais estão sobrecarregados em atendimentos, não tem nada de importante a ser inaugurado, a Secretaria de Saúde tem de criar vergonha e conseguir mais leitos. Jacqueline Dutra representante do SINURGS comunica que o serviço de oftalmologia e odontologia do Hospital Escola/UFPEL vinculado ao programa Saúde na Escola no consultório itinerante do Anglo fechou, e oficialmente não temos enquanto gestão na SMS um documento oficial do Hospital Escola, mas recebi informações que enviará documento oficial em breve. A justificativa pelo fechamento é pela degradação ao longo dos anos, da estrutura dos container e a situação financeira também está envolvida. O serviço foi implantando em 2013 e desde lá não recebeu verba de manutenção e insumos, vinha recebendo financiamento do hospital de outras fontes de recursos. Existe uma Portaria que permite o direcionamento dos equipamentos a outro local, principalmente os de oftalmologia, eram aproximadamente 1200 consultas ano, conseqüentemente sobrecarregará a demanda do serviço. Paulo Santos representante do Distrito Sanitário I, e do CLS do Sítio Floresta informa que a UBS do Sítio continua sem médico, a médica está de férias e o médico da Santa Silvana que estava no apoio acabou saindo. **Pauta 2. Apresentações de novos representantes das Entidades.** A UPACAF enviou ofício indicando novos representantes, passando a ocupar a vaga de titular o Sr. Cesar Ricardo Lima, e o Sr. Valdir Duarte como suplente. A entidade OSC GESTO será

representada, respectivamente, por Gilmar Guterres Ortiz e Gisele Amâncio Matos titular e suplente. **Pauta 3. Análise e encaminhamentos referentes às atas 02 e 08/2019.** A 02/19 da assembleia extraordinária foi colocada em discussão e aprovada por (29) Vinte e Nove votos favoráveis (7) Sete abstenções. A ata 08/19 assembleia ordinária foi encaminhada da mesma forma e foi aprovada por (27) Vinte e Sete votos favoráveis (10) Dez abstenções. **Pauta 4. Escolha de novos representantes para participar do NUMESC.** O Secretário da Plenária lê o parecer da Comissão de Finanças. A SMS diante das várias pessoas, e representações que estão comparecendo as reuniões do NUMESC, e pela relevância do Controle Social, sugere ao CMS ter um número maior de representantes no Núcleo, podendo ser dois representantes de usuários, e dois representantes de trabalhadores. A Comissão sugere a indicação de quatro representantes, sendo dois usuários, e dois trabalhadores. Considerando que a Coordenação do NUMESC, teve a necessidade de enviar nomes a SMS para os atos oficiais, e desta forma a Mesa Diretora indicou os nomes abaixo: Usuários: Luiz Guilherme Belletti – Titular e Celso Gonzaga como Suplente; Dos Trabalhadores: Lucas Brum Cleff titular e Patrícia de Mattos Ulysséia suplente, ambos são representantes do CRO. O Coordenador da Mesa expõe e esclarece as indicações e suas razões. Sem manifestações em contrário foi colocado em votação e aprovado pela plenária por (38) Trinta e Oito votos favoráveis, sendo unanimidade. **Pauta 6. Escolha da Entidade para ocupar a substituição do Distrito II.** Para ocupar estas vagas temos duas entidades: 1) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas (Of. de 12/ 07/2018). 2) GAMP – Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (Of. de 27/12/2018). Parecer da COMTEC: A Comissão por maioria entende que neste momento, considerando o Previsto no Regimento Interno em seu Art. 14, e considerando a participação já efetiva do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil em Comissões Internas do CMS, sugere ao Plenário a indicação desta entidade a suprir a vaga em aberto. OBS: Como entidade plenamente constituída o GAMP, estando ou não na composição do Plenário, poderá postular sua representação nas Comissões Internas. O Coordenador da Mesa pede para os representantes das entidades citadas defenderem um assento no Conselho de Saúde. A representante do GAMP, Diná Lessa, comenta que existem diversas instituições relacionadas a mulher, na área da saúde, tenta se entender e lutar pelas inconsistências como a violência, temos de estar presentes em todos os segmentos para entendermos e qualificar nossas demandas. O representante da Construção Civil, Carlos Machado, comenta que o Sindicato quer fazer parte do Conselho de Saúde, já que faz integra a Comissão interna da CISTT e da COMFIS, no Conselho de Saúde. Após as defesas foi colocado o parecer da Comissão Técnica para votação. Foi obtido (28) Vinte e Oito votos favoráveis e (4) Quatro votos em contrários. Desta forma foi aprovado o ingresso da entidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Pelotas, para compor o Plenário e fica a cargo de a entidade enviar ofício indicando seus representantes. **Pauta 7. Plano de Trabalho de IST/AIDS/HV de 2019/2021.** O Secretário da Plenária lê o parecer da Comissão de Técnica. A COMTEC ouviu os representantes do setor que acompanha o Programa na SMS, e considerando o parecer da Coordenação Estadual IST/AIDS e do Programa Estadual de Hepatites Virais, sugere ao Plenário pela aprovação com as seguintes ressalvas: 1) De a SMS tornar obrigatório que todas as equipes de atenção básica realizem os testes rápidos, e com quantitativos que ampliem as testagens; 2) De a SMS recompor em curto prazo a Equipe do Consultório de Rua; 3) De o CMS e SMS promoverem a criação do Comitê Municipal para debater e sugerir encaminhamentos relativos aos Programas de IST/ HIV/AIDS, Tuberculose e Hepatites incluindo as instituições e organizações vinculadas e/ou de referência com estes programas, devendo este Comitê reunir mensalmente e emitir pareceres à Gestão Municipal e ao Controle Social. A representante do programa Maria Alice apresenta o Plano de Trabalho

2019/2021 IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais, em slides no Data Schow. Em Vigilância em IST/HIV/Aids e Hepatites Virais a meta é notificar 100% dos casos e as ações de Monitorar Relatório Maternidades, Pré-Nenê, relatório TR, SINAN. Realizar busca ativa em 71 fontes notificadoras e revisão das notificações. Realizar contatos e reuniões para sensibilizar e atualizar os profissionais da AB, laboratórios e hospitais, visando aumentar e qualificar as notificações. Promoção à saúde e prevenção: IST/HIV/Aids e Hepatites Virais a meta é capacitar 10% da rede ao ano. As ações são realizar campanhas (carnaval, sífilis, hepatites, Hiv/Aids, LGBTT); confecção de material educativo/informativo; disponibilizar preservativos; divulgar PEP e PREP; manter parcerias com OCS e ONGS para realizar TR e ações de prevenção; participar do PSE; Continuar trabalhando na prevenção com os salões de manicures, os estúdios de tatuagens e acupuntura. Continuar a prevenção da Transmissão Vertical HIV/Sífilis/Hepatite B a meta é reduzir 10% ao ano o número de casos, as ações são implantar em 100% das UBS a Teste Rápido, visando facilitar o acesso ao diagnóstico da gestante; monitorar a realização do Pré Natal e os partos, as informações do Programa Pré-Nenê; acompanhar a adesão ao tratamento das crianças expostas, através do monitoramento das consultas e retirada do leite; articulação com CT, PIM e UBS, investigar os casos no Comitê de Investigação da Transmissão Vertical da Sífilis e do HIV; testar puérperas (1ª consulta do pré-natal, no 3º trimestre e no momento do parto) e parceiros para HIV, sífilis e hepatites B e C; todas as gestantes devem ser vacinadas para a hepatite B, quando indicado. A Cobertura Vacinal de Hepatites Virais em 2018 atingiu na hepatite A 66,02% e na hepatite B 83,49% a meta era atingir 95% da população alvo as ações é sensibilizar profissionais de saúde para a importância do PN, da TR e vacinação; promover campanha de prevenção e vacinação entre adolescentes através do PSE e entre adultos em julho; vacinar para a hepatite A 100% dos pacientes HIV. Diagnóstico de Sífilis, HIV e Hepatites Virais 2018: HIV 11.731; Sífilis 11.015; HBsag 11.064; HCV Testados 11.100 a meta é ampliar a cobertura dos TR em 10% e as ações são implantar em 100% das unidades de saúde a TR e ampliar o nº de testes realizados; realizar ações de prevenção e testagem em parceria com instituições governamentais e ONGS; confecção e distribuição de material informativo e educativo; sensibilizar as equipes das unidades de saúde para a importância do diagnóstico precoce através de reuniões, campanhas, encontros de atualização. Linha de cuidado para pessoas vivendo com HIV/AIDS (PVHA) a meta é implantar em 10% das unidades, ao ano. Em 2019, as Unidades previstas são a do Obelisco, Areal Fundos, CSU Areal, Vila Municipal, Presídio Regional de Pelotas. Para 2020, a Unidade do Pestano Caic, Py Crespo, União de Bairros, Sanga Funda, Areal 1, Fátima. Em 2021, Implantar em mais 10% das unidades de saúde. As ações são capacitar os profissionais das unidades de saúde para acolhimento e atendimento das PVHA; sobre o matriciamento e o apoio; articular os pontos de atenção com os demais serviços de referência; divulgar a PREP e as novas tecnologias de prevenção. Divulgar a Assistência em IST/HIV/AIDS e Hepatites Virais a meta é 90% dos pacientes com diagnóstico em acompanhamento, as ações são realizar o monitoramento dos pacientes no SIMC; realizar contato por telefone e busca ativa de pacientes; garantir o abastecimento dos medicamentos para IST; monitorar as notificações de gestantes com HIV, sífilis e hepatites, busca de pacientes com sorologia reagente para hepatites. Coinfecção HIV/TB E coinfeção HIV/HV a meta é testar 100% dos pacientes com HIV, TB e Hepatites Virais para coinfeções, as ações são disponibilizar TR no Programa de Tuberculose; testar os pacientes, nos demais serviços de referência; sensibilizar os profissionais para a realização de TR, realizar a busca de pacientes com TB que não foram testados. Sobre a Mortalidade por AIDS e Hepatites Virais, em 2018 com Hepatite C foram 8 óbitos e com AIDS 39, a meta é reduzir em 10% ao ano, as ações são implantar em 100% das Unidades de Saúde a TR e ampliar o nº testes realizados, busca ativa e monitoramento dos pacientes. Educação

Permanente em IST/HIV/AIDS e HV a meta é aumentar em 10% as ações, as ações são promover encontros de atualização, multiplicar material, protocolos e manuais, convidar demais municípios para participar. Ações articuladas com a sociedade civil a meta é estimular a ampliação das ações em 10%, com foco na prevenção e promoção à saúde, as ações são contribuir com a estrutura física para montagem de eventos, camisetas, lanches entre outros; disponibilizar TR, insumos e material informativo; realizar palestras em empresas, escolas. Aberto a manifestação o Coordenador da Mesa, Luiz Belletti, cobra que seja criado um conselho múltiplo envolvendo quem trabalha no cuidado da Tuberculose, da Sífilis, das Hepatites e do IST/AIDS no município. O conselheiro Paulo Vieira representante do Distrito Sanitário III parabeniza a apresentação, comenta que foi rude com a Secretaria de Saúde em relação a utilização dos dados epidemiológicos no Plano de Saúde, o conselheiro pergunta se há um plano de contenção de doenças com garotos e garotas de programa. Maria Alice responde que a equipe procura sempre manter os dados atualizados. Existem as testagens rápidas e quanto mais cedo diagnosticar melhor será o resultado. Em relação aos garotos e garotas de programa, esse grupo é prioritário, por isso é importante ter o consultório de rua. O conselheiro Paulo Vieira representante do Distrito Sanitário III pergunta se a busca é ativa, isto é, se a Secretaria de Saúde vai em ao encontro dessas pessoas para realizar o diagnóstico. Maria Alice responde que sim, a Secretaria de Saúde faz uma busca ativa dessas pessoas, com ajuda das ONGs e a equipe Redução de Danos. O conselheiro Volnei Cápua representante da RNP+Pelotas comenta que o desmonte do programa IST/AIDS/HV no Governo do Bolsonaro prejudicou as atividades que é programa de grande importância em todo o Estado, a nossa cidade de Pelotas é a quadragésima primeira cidade com índice de HIV/AIDS. A RNP+Pelotas em conjunto com a Secretaria de Saúde e Ongs fazemos busca ativas aos usuários, iniciamos em diversos lugares, inclusive, no turno da noite, porém, devido aos assaltos, tivemos que interromper temporariamente, estamos tentando conseguir uma parceria com a polícia local para fazer a segurança enquanto as abordagens são realizadas. O conselheiro Vitor Hugo representante da ASUFPEL solicita que seja estipulada uma data para revisar os dados indicados pela Comissão Técnica. O conselheiro Volnei Cápua representante da RNP+Pelotas comenta a respeito do comitê pois é bom ter em Pelotas, tentamos montar, porém não tivemos avanço, o conselheiro se indica para participar do comitê. O Coordenador da Mesa põe o parecer da Comissão Técnica, em votação, com adendo de a SMS tomar as providencias solicitadas pelo conselheiro Vitor num prazo de até 60 dias. O plenário aprovou com (33) Trinta e Três votos favoráveis, sendo unanimidade. **Pauta 9. Análise da prestação de contas da Nota Fiscal Gaúcha série 57, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.** O Secretário da Plenária lê o parecer da Comissão de Finanças. A Comissão avaliou os dados e notas fiscais apresentados, pela representação do hospital e sugere ao Plenário a aprovação da Prestação de Contas por estar de acordos com as normas afins valor do repasse estadual foi de R\$ 7.617,64, o valor da Contrapartida atingiu R\$ 213,98, tendo o valor total da Prestação de contas somados um total de R\$ 7.831,62, para aquisição de medicamentos. A conselheira Bianca D Carla representante do **SINDISAÚDE** questionou se ninguém do Hospital iria apresentar. O conselheiro Jaime Fonseca representante da ABIG já foi deliberado, que estas prestações de contas seriam pro forma. Belletti disponibilizou os documentos aos conselheiros. Colocado em votação foi aprovado por (31) Trinta e Um votos favoráveis e (6) Seis abstenções. **Pauta 12. Análise do Projeto de Lei 2139/2019 Ementa: Obrigatoriedade de bares e restaurantes a conceder desconto ou prato especial às pessoas que tenham realizado cirurgia bariátrica. COMTEC.** A Comissão após ouvir a manifestação do vereador proponente e de seu assessor jurídico, não se sentiu apta a emitir parecer quanto aos aspectos da legislação que envolve os restaurantes, porém considera analisando os aspectos sociais, pela convivência familiar e as

influências psicológicas dos pacientes, e tendo como referencia os protocolos do MS, referente as cirurgias bariátricas. Considerando em especial o parágrafo único do 1º Artigo, e em já havendo outras leis municipais, a COMTEC considerou importante o projeto apresentado e sugere ao Plenário a aprovação com as ressalvas a abaixo: 1) Ressalvado os aspectos contraditórios da legislação conhecida; 2) De o Poder Executivo Municipal regulamentar a emissão da Carteira de Identificação destes pacientes; 3) De o município regulamentar as formas de divulgação desta Lei e seus benefícios; 4) De o município regulamentar a fiscalização, e as penalizações ao descumprimento da mesma. Em ato continuo o Assessor Jurídico do Vereador Vicente Amaral, Sérgio Madeira, expõe que esse projeto de lei parte do pressuposto que a pessoa humana precisa se proteger, e a partir disso constitui direito específico, essa lei destina-se as pessoas que fizeram a cirurgia bariátrica. Temos cerca de 8 mil pessoas as quais fizeram cirurgia bariátrica, e todo bariátrico é uma pessoa ex obesa, muitas vezes se tornam obesa pelas suas próprias referencias alimentares, então a obesidade é fruto de uma má educação condução alimentar, o individuo que faz cirurgia bariátrica passa muito tempo com acompanhamento psicológico até conseguir lidar com essa nova realidade precisa se reeducar porque a mentalidade dessa pessoa, ainda é a mentalidade obesa. Acontece que a sociedade é construída de pensar as coisas como homem médio, expressão jurídica, a pessoa mediana vai se comportar de determinada maneira. Os restaurantes e os bares trabalham nessa perspectiva de que uma pessoa na média o que ela consome para se alimentar, então quando pensa dessa maneira, exclui, de certa forma, a minoria que são os bariátricos, foi em cima dessa realidade que foi proposto esse projeto de lei, na Câmara dos Vereadores, para que as pessoas que foram submetida a cirurgia bariátrica possam ter o mesmo direito, e elas não podem, por exemplo, consumir produto a la carte, pois muitas vezes não freqüentam determinados lugares, por que vai gerar certo desconforto ao desperdiçar alimento, já que a capacidade do estomago é limitada. A conselheira Bianca D Carla representante do SINDISAÚDE não vê relevância no projeto apresentado, pois tira o direito do comerciante vender o que quiser, além do fato de abrir precedente para outras pessoas de situações semelhantes exigirem o desconto. A conselheira Jacqueline Dutra representante do SINURGS acha um absurdo obrigar o comerciante a fazer determinado serviço, se é por isso os intolerantes a lactose, a glúten exigirão um percentual de desconto, isso não se perdurará, não é justificável. A visitante Mariza questiona que temos aspectos mais importantes a se tratar, por exemplo, a parte de financeira como se procederá. O conselheiro Paulo Vieira representante do Distrito Sanitário III expõe que é complicado o legislativo interferir na autonomia do comerciante obrigando a fornecer desconto, é sabido que o Conselho de Saúde deva se manifestar a respeito, acredito que não seja um projeto de saúde pública, seria caso ocorresse a tentativa de realizar um programa educacional de reeducação alimentar com atividade física, infelizmente o projeto contempla apenas parte das pessoas. O conselheiro César representante da UPACAF e da ASOFAN fala que quando se fala em minoria, na cidade de Pelotas temos cerca de 400 estomizados, e nem todos têm a felicidade de ter anos de vida, se for pela lógica, gostaríamos de termos o mesmo privilégio. O conselheiro Ricardo Persch representante do Distrito Sanitário VI pergunta se em alguma cidade do Brasil foi aprovada Lei com esse objetivo. Esse projeto fere o princípio de liberdade econômica, obrigar o comerciante a fixar um preço é complicado, outros grupos requererão o mesmo benefício. O conselheiro Pedro Godinho representante do SANEP não entende como esse projeto foi levado adiante. O conselheiro Wilmar Costa representante da OAB sobre essa matéria constitucional, o colega Ricardo esta corretíssimo o projeto fere a livre iniciativa econômica, vai fazer empresário atuar na área que não é de interesse, mas essencialmente colendo subsidio de todas as manifestações, a título exemplificativo, há ofensas ao princípio da isonomia. Quanto ao pronunciamento do conselheiro Pedro Godinho, existem

muitas leis que são aprovadas, nesta cidade, as quais são cassadas posteriormente, se chegar as instâncias superiores, será julgada inconstitucional. O Assessor Jurídico, Sergio Madeira, agradece as colaborações, o mesmo diz que existe a separação dos poderes, legislativo, executivo e judiciário, o dever do legislativo é construir leis e fiscalizar o executivo. As questões Judiciárias relacionadas à liberdade comercial, as decisões judiciais são interpretações variáveis, não são absolutas, elas não perduram por tempo indeterminado, as decisões judiciais são passíveis de serem revistas, o fato de um tribunal, em algum momento, ter posicionamento diferente ao objeto constitucional ou inconstitucional é uma questão discutível, fora da alçada do poder legislativo. Não é competência do poder legislativo o que o tribunal irá fazer com a lei, por que isso ainda nem existe, é uma preocupação futura que tenha alguma ilegitimidade, ainda sim, não é o suficiente. A questão da liberdade econômica é uma discussão jurídica, não é absoluta, tanto é que no município de Porto Alegre existe essa lei, nos baseamos na tal. Esse é um argumento superado, não é uma ordenação jurídica de maneira nenhuma, tem apenas discussões jurídicas sobre o tema. A conselheira Eliana Bender representante da ADUFPel coloca que esse sistema não substitui outro, o tema alimentação é relevante, mas para outras situações como proteção alimentar, alimentos ultra processados seria pertinente ao Conselho de Saúde, sugiro que o projeto seja voltado para outras questões. O Assessor Jurídico, Sergio Madeira, esse é um tema de grande relevância pois as lutas sociais traduzem em direitos, a obesidade é questão de saúde pública, precisamos avançar com políticas públicas. O Coordenador da Mesa ao ouvir todas as manifestações, expõe para votação as situações: a situação 1 é votar no o parecer da Comissão Técnica e a situação 2 é votar em manifestação em contrário por não abranger outras categorias e por aferir aspecto econômico do livre comércio. A situação 2 obteve a maioria dos votos (25) Vinte e Cinco votos e (3) Três abstenções. **Pauta 13. Análise do Projeto de Lei 3387/2019 Ementa: Dispõe sobre a utilização de veículos movidos a tração animal.** Parecer da COMTEC: A comissão após ouvir o representante da vereadora proponente (Felipe - representante), teve um entendimento inicial que o Projeto não é de competência para o CMS analisar e, portanto sugere ao Plenário retirar de pauta, porém se o Plenário da Câmara Municipal tiver justificativas para o Conselho se posicionar, que o projeto retorne com mais informações e que estas sejam especificadas em relação à saúde pública. Colocado em votação o parecer da Comissão é aprovado por (24) Vinte e Quatro votos pela retirada. Sendo o que havia para ser tratado, a reunião é encerrada às 21h04min, após será lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será encaminhada cópias a Prefeita Municipal, Promotoria de Pública de Justiça Estadual, à Câmara Municipal de Vereadores e às instituições que as requererem. Para conhecimento, registra-se para os devidos fins que as manifestações se encontram gravadas em arquivos eletrônicos.

Luiz Guilherme Belletti
Coordenador Geral

Vitor Hugo Santos
Secretário da Assembleia